

Econ. Brasil Cortes preservarão área social

ITAMAR FRANCO ASSINARÁ DECRETO PARA SUSPENSÃO DE DESPESAS PREVISTAS PARA O FINAL DO ANO

Somente os programas de previdência social, saúde, ciência e tecnologia e de combate à fome não serão incluídos nos cortes de gastos públicos que o governo federal fará a partir da próxima semana. Hoje ou amanhã será assinado pelo presidente Itamar o decreto permitindo a suspensão de despesas previstas para o final do ano, considerada necessária para fechar 1993 com superávit. O governo está sem dinheiro e “não vamos emitir para cobrir o déficit”, disse o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. A Secretaria do Orçamento calcula ser necessário poupar US\$ 8 bilhões para equilibrar o orçamento deste ano.

O governo vai também refazer a proposta orçamentária para 1994, enviada ao Congresso em agosto. A nova proposta estará pronta na penúltima semana de novembro para ser encaminhada ao Congresso. A que está com os parlamentares prevê um déficit primário (receita menos

despesas) de US\$ 11 bilhões e um déficit operacional (receita mais despesas, incluindo o pagamento de juros das dívidas internas e externas) de cerca de US\$ 30 bilhões.

A decisão foi comunicada ontem por FHC aos parlamentares encarregados do assunto.

Acordo é rompido

REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

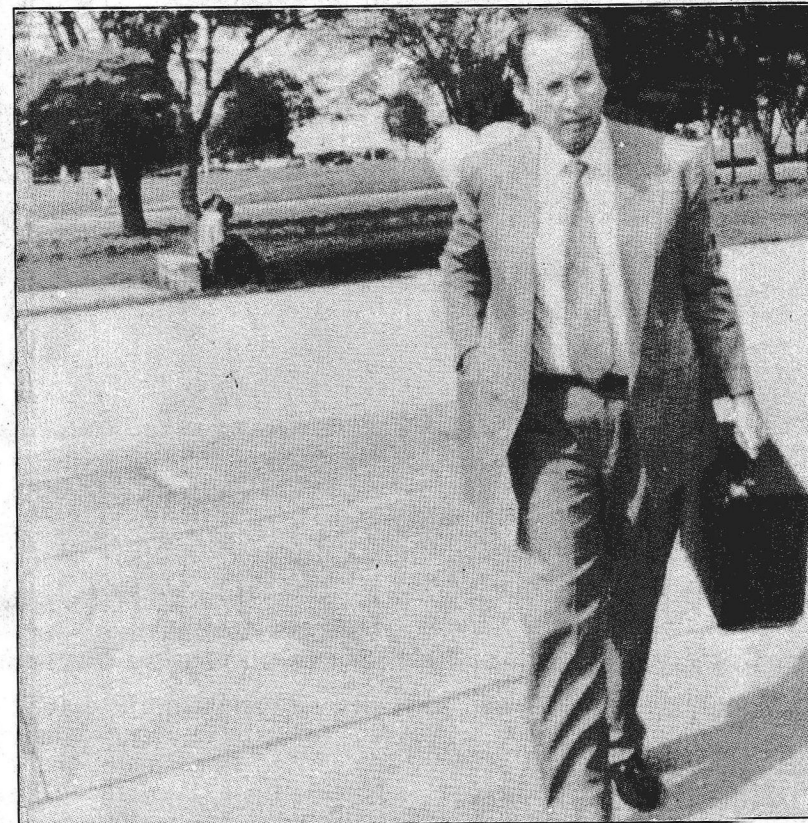
A reprogramação financeira deste ano rompe acordo firmado pelo governo com lideranças partidárias do Congresso, quando cortou 50% das dotações incluídas no orçamento pelos parlamentares em julho.

Pelo acertado, 42% dos gastos do segundo semestre seriam liberados nos meses de novembro e dezembro. Agora, sairão só 25%. O item restos a pagar, despesas que passam para o ano seguinte, será aumentado de 5% para 15%.

FHC evitou dizer que o governo vá contingenciar o orçamento, prática de administrações anteriores duramente criticada por ele quando assumiu o cargo. Para o ministro, isso permitia interferência política na liberação de verbas, terminando em corrupção. No entanto, um assessor do ministro disse que na prática o orçamento será contingenciado (Veja matéria nesta página).

Recalcular

Não foi dito de quanto serão nem onde serão feitos os cortes agora. “Vamos recalcular todos os itens, porque alguns deles foram superestimados”, informou Fernando Henrique, que só confirmou corte nas transferências voluntárias da União para Estados e municípios (veja tabela nesta página). A decisão de refazer a proposta orçamentária, segundo o ministro Fernando Henrique, mostra “inequivocamente” que o governo quer combater o déficit público.



Osiris Lopes Filho, desistindo de tributar os bancos.

José Paulo Lacerda/AE